

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

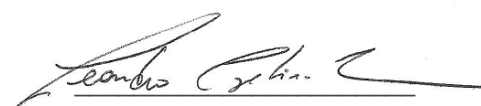
Ata Reunião da Comissão de Finanças – Abril/2020

1 Ata da reunião da Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos - CMAS,
2 realizada no dia 01 de abril de 2020, realizada via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros
3 e convidados, a saber: Conselheiros: Sr. Rodrigo Salvador Lachi; Sra. Aurora Fernandez Rodriguez; Sra.
4 Marilda Paixão Isaías dos Santos; Sra. Carla Esteves Peres; Sra. Leticia Branquinho Dorigan, Sra. Marizilda
5 Ribeiro Lopes; Sr. Luiz Otávio Galvão. Convidada: Sra. Nayara Albino Gonçalves. Presença também do
6 Secretário Executivo Sr. Leandro Lapetina Freire. Sr. Rodrigo, inicia a reunião às 14h informando os itens de
7 pauta, a saber: 1. Relatório de prestação de contas do 2º semestre de 2019 - FMAS enviado pela COAFI via
8 e-mail aos conselheiros, que deveria ter sido apresentado na AGO de 17 de março que foi suspensa; 2.
9 Solicitação de apresentação de Plano de Providências da SEDS com relação as ações de enfrentamento ao
10 COVID-19 nos serviços socioassistenciais, pela conselheira Sra. Marilda; 3. Solicitação de esclarecimentos
11 quanto a operacionalização do Programa Nossa Família – PNF durante período de pandemia, pela
12 conselheira Sra. Carla; 4. Eleição da coordenação da comissão. Após essas considerações, passa-se a
13 discussão dos itens. **1. Relatório de prestação de contas do 2º semestre de 2019 - FMAS enviado pela**
14 **COAFI via e-mail aos conselheiros, que deveria ter sido apresentado na AGO de 17 de março que foi**
15 **suspensa:** Sr. Leandro, explica que foi encaminhado aos conselheiros o referido relatório e a ata da última
16 reunião onde foram feitos questionamentos a serem respondidos pela SEDS, para considerações dos
17 conselheiros. Sr. Rodrigo informa que conversou com a COAFI sobre o questionado da locação do imóvel
18 que está lotado o serviço de Abordagem Social e serviços administrativos da SEDS. Sugere que na próxima
19 reunião seja discutido a questão, com a participação da COAFI. Sra. Marilda solicita que seja oficiada a SEDS,
20 com o questionamento da comissão solicitando esclarecimentos sobre a possibilidade de divisão do valor do
21 aluguel entre as unidades e de como isso pode funcionar neste momento. Sr. Rodrigo sugere uma consulta
22 PROJUR para análise quanto a prorrogação do contrato e possível aditamento. Relata que devemos avaliar
23 a situação em si, como a questão do pagamento do aluguel em sua totalidade com recursos da FONTE 05
24 (Bloco PSE), mesmo havendo serviços administrativos lotados na unidade. Sugere que deve-se amadurecer
25 a questão para melhor entendimento, uma vez que a manutenção que a SEMAP oferece é utilizada para
26 todas as unidades. Sra. Marilda reforça que não há necessidade de mudanças, apenas o pagamento de parte
27 da locação. Não queremos colocar pessoas para fora, mas sim divisão das despesas. A SEMAP mudou-se
28 para o imóvel em fevereiro de 2019 e até o momento nada foi pensado. A SEMAP oferta serviço para todas
29 as unidades, então que sua parte na locação seja arcada com recursos da FONTE 01 e não de um serviço
30 socioassistencial. Solicita que a SEDS seja oficiada para ciência desta solicitação. Sr. Rodrigo sugere que
31 isso conste em ata e que passando este momento possamos dialogar sobre essa questão. Sra. Marilda refuta-
32 se essa ideia e solicita imediata notificação a SEDS quanto essa questão, para que analise a melhor
33 adequação. Sr. Luiz Galvão acha justo o pleito e concorda em informar a SEDS o questionado solicitando um
34 posicionamento. Sr. Rodrigo então propõe como encaminhamento o registro em ata da discussão e o envio
35 de ofício a SEDS. Sr. Leandro lembra que representantes da COAFI estiveram na última reunião da comissão,

36 sinalizando que o aditamento no contrato de locação era viável para alteração da dotação orçamentária. Sr.
37 Leandro informa que enviará para conhecimento de todos os conselheiros o termo de contrato da locação do
38 imóvel. Sr. Rodrigo informa que será levada a Diretoria Executiva a solicitação de ofício a SEDS para
39 deliberação e encaminhamento. **2. Solicitação de apresentação de Plano de Providências da SEDS com**
40 **relação as ações de enfrentamento ao COVID-19 nos serviços socioassistenciais, pela conselheira**
41 **Sra. Marilda:** Sr. Rodrigo lembra que estamos em estado de calamidade, conforme Decreto Municipal e que
42 é um momento importante para que as prestações de contas sejam feitas para esta comissão, principalmente
43 com relação a aquisição de E.P.I's. Sugere que seja item de pauta para a próxima reunião da comissão com
44 envio do plano solicitado, que deverá ser elaborado pela COAFI. Sra. Marilda diz que esperava um
45 posicionamento mais efetivo, uma vez que os materiais não tem chego nos serviços socioassistenciais e
46 quando chegam são muito poucos. Ratifica que os serviços de limpezas dos carros estão acontecendo
47 conforme deliberado pelo conselho. Sra. Marilda relata que as compras estão sendo feitas, mas as despesas
48 não estão sendo apresentadas. Sugere uma prestação de contas semanal, pois gostaria de acompanhar toda
49 essa movimentação. Sr. Rodrigo ratifica que o momento de emergência não diminui a necessidade de
50 transparência. Sra. Aurora aponta que não dá para esperar mais um mês para termos uma prestação de
51 contas. O conselho precisa apontar quais as necessidades para serem encaminhadas aos setores previstos.
52 Os trabalhadores estão atendendo normalmente, o plano de providências deve apontar uma parceria com a
53 Secretaria de Saúde. Até agora não sabemos sobre serviços de acolhimento provisório para pessoas com
54 suspeita do COVID-19. Sr. Rodrigo relata que não há compras realizadas sem a devida publicidade da
55 aquisição. A distribuição dos materiais sim é uma atribuição dessa comissão. Devemos estar voltados ao que
56 é emergencial. Devemos deliberar sobre a política de assistência social e não dizer ao órgão gestor como ele
57 deve conduzir seus procedimentos em uma situação de calamidade pública. Qual o papel do conselho sobre
58 isso? A fiscalização depende das prestações de contas. Sr. Luiz Galvão concorda com esse posicionamento,
59 pois pode ser um excesso de interferência, devemos discutir nosso papel. Sra. Marizilda sugere que a SEDS
60 seja oficiada, pedindo que seja informado quais foram as medidas tomadas, onde foram aplicadas e pedindo
61 a apresentação da prestação de contas. Sra. Marilda relata que infelizmente chega muito pouco material de
62 E.P.I para trabalhar, nos abrigos menos ainda. Gostaria de saber o que chegou e como está sendo feita essa
63 distribuição. Quais os critérios e porque não está chegando? Sra. Nayara corrobora com a fala da Sra. Marilda.
64 As máscaras que chegaram são de péssima qualidade, considerando o serviço prestado. Gostaria de saber
65 se existe alguma perspectiva de como utilizar os E.P.I's pelos trabalhadores? Sra. Carla também concorda
66 com essa colocação. Sr. Rodrigo propõem dois encaminhamentos, que o Plano de Providências seja
67 apresentado na próxima reunião da comissão e com relação a utilização de E.P.I's sugere que os conselheiros
68 representantes da Saúde no conselho poderiam colaborar com essa questão. Sra. Marilda lembra que existe
69 na prefeitura um setor de segurança do trabalho, que seria mais oportuno do que os conselheiros da secretaria
70 de saúde para tratar dessa questão. Lembra que em breve, devido a liberação do novo auxílio do governo
71 federal, mais trabalhadores deverão estar na linha de frente e como será com essa ausência de E.P.I's? Sra.
72 Aurora lembra que o Decreto Municipal que trata da quarentena irá até dia 07 de abril, que o órgão gestor
73 deveria pensar em implantar uma central de atendimento telefônico, para ter uma forma de atendimento as
74 pessoas já cadastradas nos programas esclarecendo sobre o auxílio mencionado pela Sra. Marilda. Pois é
75 fato que haverá uma demanda em busca do CADUNICO, e questiona: terá aumento de RH para essa
76 atendimento? Qual o número de famílias que teriam o direito a esse auxílio? Devemos pensar a nível
77 municipal de como proceder. Haverá contratação emergencial? Sr. Rodrigo informa que quanto a central de

78 atendimento, precisamos trabalhar mais a comunicação, pois há polos de atendimento via telefone no CRAS
79 RCH/AC e CREAS-ZL, temos que solicitar que isso seja melhor divulgado. Com relação ao quadro de RH,
80 temos em vigência o Decreto Municipal e as Ordens de Serviço da SEDS, que detalha os serviços
81 emergenciais, e os servidores que devem estar afastados e em teletrabalho. Não há previsão de rodízio de
82 funcionários. A questão do auxílio federal, ainda não há sanção do presidente, nem diretrizes sobre como
83 proceder. Contudo já há demanda procurando informações, mas lembra que há critérios que deverão ser
84 seguidos. A COGESUAS pode elaborar um relatório para o conselho quanto ao perfil das famílias a serem
85 beneficiadas. Sra. Marilda sugere reunião extraordinária em 15 dias com devolutiva da SEDS em relação ao
86 Plano de Providências, o que é corroborado pela Sra. Carla e Sra. Letícia. Sra. Marizilda também concorda
87 que 15 dias é um tempo viável para termos respostas, contudo sugere que a reunião só seja agendada a
88 partir da chegada da resposta ao ofício que deverá ser enviado. Sra. Marilda sugere que conste no Plano de
89 Providências, as compras realizadas, os critérios de partilha e para onde foram encaminhados. Com relação
90 ao critério explana que deve ser explicado como é feita a compra pensando em cada serviço, pois reforça que
91 a equipe de abordagem social recebe muito pouco E.P.I. Sra. Letícia informa que o CENTRO POP recebeu
92 apenas álcool gel. Sra. Marilda pergunta se o grupo de trabalho já tem a Resolução Normativa pronta, o que
93 o Sr. Rodrigo informa que sim e que será publicada. Sra. Marilda questiona também se a SEDS foi oficiada,
94 com relação à Carta Aberta de Trabalhadoras e Trabalhadores da COPROS-POP, Sr. Rodrigo sugere que o
95 grupo de trabalho discuta sobre a carta para ai sim ser tomada alguma providência. **3. Solicitação de**
96 **esclarecimentos quanto a operacionalização do Programa Nossa Família – PNF durante período de**
97 **pandemia, pela conselheira Sra. Carla:** Relata que o assistente social Sr. Roberto trouxe a questão de que
98 seja avaliado o aumento do valor do recurso do PNF e aumento de vagas no programa devido a situação
99 vivenciada. Sr. Rodrigo lembra que para tal será necessário uma nova dotação orçamentária. Sr. Leandro
100 lembra que o valor do benefício está previsto em lei e que independe de dotação orçamentária, que seria
101 necessário rever a lei do programa. Sra. Carla solicita que seja revisto as questões burocráticas para acessar
102 o benefício neste período, assim como seja avaliado a possibilidade de ampliação do recurso destinado ao
103 programa. **4. Eleição da coordenação da comissão:** Sr. Rodrigo solicita que os conselheiros se coloquem
104 para assumir a coordenação da comissão. Sra. Marilda se candidata e passa a ser a coordenadora desta
105 comissão. **5. Informes:** Sr. Rodrigo informa da finalização no sistema PMAS, quanto a inclusão dos recursos
106 do saldo reprogramado, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo CMAS, onde os recursos foram alocados
107 no serviço de abordagem social para a limpeza dos veículos e para alimentação para os serviços SEACOLHE-
108 AIF e SEABRIGO-AIF. Não tendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada às 15h40, ficando agenda a
109 próxima reunião extraordinária para o dia 16 de abril às 14h.

110
111
112
113



Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo - CMAS